

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.034 - AR (2019/0327641-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : JUIZADO DO DEPARTAMENTO JUDICIAL DE LA PLATA
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE : BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES E OUTROS
ADVOGADO : SOLANGE PEREIRA FRANCO DE CAMARGO - SP235693
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça argentina solicita às autoridades judiciárias brasileiras que procedam à notificação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que informe se o Banco de La Provincia de Buenos Aires fez pagamentos ao Sr. Raúl Alberto Fernández ou a ele enviou contribuições.

Realizada a intimação prévia, o interessado manifestou-se às fls. 79-88.

O Sr. Raúl Alberto Fernández concordou com as informações prestadas pelo INSS.

O Ministério Público Federal opinou pela devolução dos autos à origem em razão do cumprimento da diligência rogada (fl. 102).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, concedo o *exequatur*.

Diante da manifestação da parte interessada, considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Assim, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante (art. 216-X do RISTJ) após o trânsito em julgado, por intermédio da autoridade central competente.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente